



Banco Central decreta liquidação extrajudicial do Will Bank

Agro paulista exporta US\$ 4,14 bi para a União Europeia em 2025

Página 2

Bolsa bate recorde e fecha acima dos 166 mil pontos pela primeira vez

Página 3

Preços de repelentes podem variar até 110%, diz Procon

Produto muito utilizado nesta época do ano, o repelente de insetos pode apresentar uma variação de preço nas farmácias de até 110%, apontou um levantamento realizado pelo Procon-SP. A pesquisa, levou em conta o preço praticado por drogarias e farmácias em seus sites apurados no dia 15 de janeiro.

Um dos itens que apresentou a maior diferença de preços foi um repelente spray voltado ao público infantil. Ele foi encontrado por R\$ 39,90, mas podia custar mais do que o dobro em uma outra farmácia, que cobrava R\$ 83,95 pelo mesmo produto. Ou seja, ao adquirir o produto mais barato, a economia seria de R\$ 44,05 por unidade. O levantamento também encontrou um repelente spray de 100ml de uma determinada marca variando entre R\$ 39,90 e R\$ 81,90.

O uso do repelente é uma medida importante de proteção à saúde pública principalmente no verão, quando o calor e as chuvas típicos da estação favorecem a proliferação do mosquito transmissor da dengue, zika e chikungunya. Embora já exista vacina contra a dengue, o uso do repelente ainda é importante porque o imunizante ainda não está disponível para toda a população.

Além disso, o repelente - principalmente os que contêm DEET, icaridina e IR 3535 em sua fórmula - ajudam na prevenção da picada do mosquito Aedes aegypti, causador de outras doenças como zika, para a qual ainda não existe vacina.

O Procon recomenda que, antes de adquirir um repelente, o consumidor deve verificar se o produto possui registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e observar se sua fórmula contém algum ingrediente que possa lhe provocar alergia. O órgão ainda alerta que é preciso pesquisar preços e considerar o valor do frete do produto ao fazer uma compra pela internet. Também é importante verificar se o site é verdadeiro e se não consta na lista de sites não-confiáveis do Procon. (Agência Brasil)

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,32
Venda: 5,33

Turismo
Compra: 5,35
Venda: 5,33

EURO

Compra: 6,23
Venda: 6,23

Prefeitura reajusta valor da Zona Azul na cidade de São Paulo

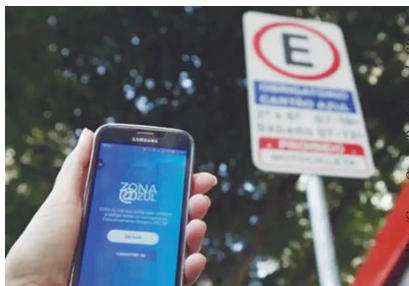


Foto: Cesar Regan/Prefeitura de SP

O sistema de estacionamento da cidade de São Paulo, chamado de Zona Azul, está mais caro a partir desta terça-feira (20). Quem precisar parar o carro nos locais permitidos nas ruas da capital paulista terá de desembolsar R\$ 6,95 por hora, um aumento de R\$ 0,28.

O reajuste é anual e corrigido pela inflação do período. A nova tarifa foi autorizada pela Secretaria Executiva de Mobilidade e Trânsito (SEMTRA), por meio do secretário Gilmar Pereira Miranda, e foi publicada no Diário Oficial do dia 14 de janeiro. Página 2

O Banco Central (BC) decretou a liquidação extrajudicial do Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, instituição controlada pelo Banco Master. O banco, também liquidado pelo BC, vem operando sob Regime Especial de Administração Temporária (RAET) desde sua liquidação, decretada em novembro de 2025.

A liquidação do Will Bank foi anunciada na quarta-feira (21). Segundo o BC, entre as medidas previstas está a indisponibilidade dos bens dos controladores e dos ex-administradores da instituição, que inte-

grava o conglomerado Master. Liderado pelo Banco Master, o conglomerado detinha 0,57% do ativo total e 0,55% das captações totais do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

"Na ocasião da decretação da liquidação extrajudicial do Banco Master, entendeu-se adequada e aderente ao interesse público a imposição do RAET ao Master Múltiplo S/A, ante a possibilidade de uma solução que preservasse o funcionamento de sua controlada Will Financeira", justificou o BC. Página 3

SUS vai vacinar profissionais de saúde contra dengue em fevereiro

Página 6

Taxa bilionária sobre mineradoras causa atrito em grupo criado por Minas e Energia

Página 4

Prouni 2026 oferece mais de 590 mil bolsas em instituições privadas

Página 6

Esporte

Manu Clauset pronta para disputar Mil Milhas com o seu pai

A prova mais aguardada do automobilismo brasileiro terá largada à meia noite do próximo sábado (24), no Autódromo José Carlos Pace, com muitas novidades e grid de cerca de 70 carros. A 43ª edição da Mil Milhas terá como uma atração a jovem campineira Manu Clauset (Grupo Germânica/Freios Frum/Liqui Molly/JL Marcon/Expresso Descalvado), de apenas 16 anos de idade, que realizará o sonho de correr ao lado de seu pai Cacá Clauset, e terá como companheiros de time os pilotos Moisés Nivoloni, Thomas Cabrera e Vinicius Luis Marcon.

"Nosso objetivo inicial é se divertir e terminar as 12 horas de corrida, onde daremos cerca de 373 voltas em Interlagos. Correndo tudo bem, nossa expectativa é estrear com pódio em nossa categoria", acredita Manu, que estreia no Grande Prêmio Cidade de São Paulo 1000 Milhas já fazendo história. Será a primeira vez na tradi-

cional corrida que um pai correrá com a filha. "Estou realizando um sonho", emociona-se o jornalista Cacá Clauset, piloto que já participou de diversas edições desta prova. "Estou muito feliz em correr com meu pai, uma das pessoas que mais amo na minha vida e que sempre acreditou e me apoiou", emendou a garota.

O quinto disputará a icônica prova com o carro mais vendido no Brasil em todos os tempos, com mais de 6,9 milhões de unidades desde seu lançamento em 1.980. Será o VW Gol Geração 8, preparado pela Moisa Motors, equipado com motor Jetta de 5 cilindros e 2,5 litros, sem preparação, com 170 cavalos de potência, utilizando câmbio da VW Saveiro Robust de 5 marchas e calçado com pneus semi-slicks. "Estamos confiantes na equipe, carro e pilotos. A equipe está estruturada com mecânicos experientes para corridas de longa duração, vinda dos rallies e 1000 milhas passadas. O carro foi testado nas pistas desde o meio do



A equipe está unida e motivada para a Mil Milhas

ano passado, com a configuração atual, monobloco, suspensão, freios e principalmente o motor de 5 cilindros e 2.500 cilindradas. A novidade são os pneus semi-slicks com um composto diferente do anterior", comentou o piloto e preparador Moisés Nivoloni.

"O carro demonstrou um potencial muito bom no último teste que fizemos, e tenho certeza que

serão 12 horas muito gratificantes. Esse é o meu terceiro ano correndo na Mil Milhas. Interlagos é uma pista onde me sinto muito à vontade, e confio em um bom resultado da equipe", acredita Vinicius Marcon, piloto e também mecânico. "A Mil Milhas é uma prova democrática, que mescla pilotos profissionais e amadores. O nosso time é composto por

pilotos experiente na prova, com a Manu estreando com o seu talento, jovialidade e velocidade", pontuou Thomas Cabrera. "É uma prova muito longa e nosso primeiro target é terminar, mas estamos com um Gol desenvolvido durante o ano passado, resistente e extremamente confiável. 12 horas de competição pra qualquer tipo de equipamento é bastante coisa e servirá para validar o nosso projeto. Isso influencia também na parte física e emocional dos pilotos, como privação de sono, tensão, estratégias, performance. Nossa expectativa é a melhor possível", completou o piloto e odontólogo. O Gol #33 está inscrito na categoria T1B, para veículos de Turismo de fabricação livre, aspirados de 2101 cm³ até 6000 cm³, com peso mínimo de 900 quilos e tanque de combustível de 100 litros.

Os treinos oficiais do GP Cidade de São Paulo 1000 Milhas tem início nesta quinta-feira, no Autódromo de Interlagos.

Rafael Suzuki integra Scuderia Bandeiras na temporada 2026 da Stock Car

Rafael Suzuki está de casa nova na Stock Car para a temporada 2026. O piloto é o reforço da Scuderia Bandeiras, sediada em Votorantim (SP), no interior de São Paulo. O início da temporada está marcado para os dias 7 e 8 de março em Curvelo - MG.

Nos últimos três anos, Suzuki foi presença constante entre os panteões do campeonato, chegando às finais de 2023 e 2024 na briga pelo título, e terminando no top-10 da clas-

sificação geral nas três temporadas mais recentes - apenas três pilotos em todo o grid conseguiram isso. Ele soma quatro vitórias, sete poles e 14 pódios na categoria.

Faltando pouco menos de dois meses para o início da temporada 2026, Suzuki demonstrou empenho com o novo desafio.

"Muito feliz em agora fazer parte da Scuderia Bandeiras, uma equipe que chegou chegando na Stock Car, com muita ambição e estrutura. Quero agradecer ao

Christian e ao Átila que me procuraram e contribuíram para que desse certo. Estou animado para a temporada, pelo que está por vir, em me entrosar com todos da equipe e começar os trabalhos pensando lá no dia 08 de março".

"Com a chegada do Suzuki, encerramos a primeira parte do planejamento que era a formação da equipe. Conseguimos juntar um quarteto forte e vencedor que certamente vai colaborar na obtenção dos nossos obje-

tivos tanto dentro quanto fora das pistas. Agora o foco é trabalhar na adaptação de todos e deixar tudo pronto para o início do campeonato", destaca Christian Fittipaldi, Team Principal da Scuderia Bandeiras.

A Scuderia Bandeiras foi criada no início de 2025 pelo piloto Átila Abreu e demonstrou grandes resultados dentro e fora das pistas já em seu primeiro ano de existência. Para 2026, a escalada do time conta com Suzuki, o próprio Átila, além de Nelson Pi-

quet Jr e Rubens Barrichello nos carros. Além disso, a lenda Ingo Hoffmann - maior vencedor da Stock Car com 12 vitórias - é o embaixador do time.

Além da abertura da temporada em Minas Gerais, a Stock Car passa por outros sete estados: São Paulo (Interlagos e Velocittá), Paraná (Cascavel), Rio Grande do Sul (Velo-park), Goiânia, Brasília, Mato Grosso (Cuiabá), e a estreia do circuito de Chapecó, em Santa Catarina.

Agro paulista exporta US\$ 4,14 bi para a União Europeia em 2025

Prefeitura reajusta valor da Zona Azul na cidade de SP

O sistema de estacionamento da cidade de São Paulo, chamado de Zona Azul, está mais caro a partir desta terça-feira (20). Quem precisar parar o carro nos locais permitidos nas ruas da capital paulista terá de desembolsar R\$ 6,95 por hora, um aumento de R\$ 0,28.

O reajuste é anual e corrigido pela inflação do período. A nova tarifa foi autorizada pela Secretaria Executiva de Mobilidade

e de Trânsito (SEMTRA), por meio do secretário Gilmar Pereira Miranda, e foi publicada no Diário Oficial do dia 14 de janeiro.

As vagas de estacionamento na cidade de São Paulo são gerenciadas pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), que cuida de cerca de 50 mil espaços na Zona Azul, incluindo lugares para caminhões, idosos e Pessoas com Deficiência (PCDs). (Agência Brasil)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

Se o vereador [mandatos por 40 anos no Século 20] Brasil Vita fosse vivo, estaria muito triste com a situação [escândalo envolvendo presidência e demais acusados de roubar o clube] do seu São Paulo F.C. Vita foi histórico conselheiro

PREFEITURA (São Paulo)

Uma pergunta começa a ser feita desde já, embora o ano da eleição paulistana seja 2028. Quem pode ser o candidato - ou candidata - que será apoiado(a) pelo MDB do ex-presidente Temer e também pelo reeleito prefeito Ricardo Nunes

ASSEMBLEIA (São Paulo)

Fundador do partido Missão, Renan Santos sabe que não tem como ir ao 2º turno da eleição presidencial 2026. Sua candidatura é pra eleger o máximo possível de deputados(as) na ALESP, nos demais Estados e na Câmara Distrital (DF)

GOVERNO (São Paulo)

O militar [capitão na reserva do Exército brasileiro] Tarcísio Freitas (Republicanos) se encontra no meio de uma guerra política. Ainda que por reeleito, só vai dominar o atual terreno se mudar parte das heranças de seu "Estado Maior"

CONGRESSO (Brasil)

Tudo o que as empresas que vendem suas pesquisas pro mercado político estão jogando nas mídias [que ficam "reproduzindo cenários"] não têm como projetar - nem com IA - é como ficarão Senado e Câmara Deputados(as) em 2027

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Assim como o Lula (no 3º Lusismo) inventou uma mulher [Dilma] que PDT Brizolista que ele elegeu em 2010 e reelegeu em 2014, nada impede o dono do PT inventar uma mulher que possa vir a disputar a vice-presidência em 2026

JUSTIÇAS (Brasil)

Duplo desgaste, envolvendo Alexandre Moraes e Dias Toffoli [caso do banco Master] não será motivo pra que se afastem das suas competências constitucionais. Nem mesmo pelo chamados impedimentos pessoais ou familiares

HISTÓRIAS

Estudiosos dos historiadores de governantes [inclusive impeditores] produzem parte dos textos que viram falas [pra imprensa] de Trump [2º vez presidente dos EUA]. As edições quase não deixam pistas, porque vêm desde a Antiguidade

ANO 34

O jornalista Cesar Neto usa Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Mas os que esperam no Senhor renovarão as suas forças e subirão com asas como águias; correrão e não se cansarão; caminharão e não se fatigarão". Isaías 40:31

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

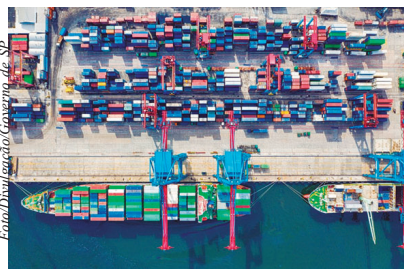
A União Europeia se consolidou, em 2025, como o segundo maior destino das exportações do agronegócio paulista, movimentando US\$ 4,14 bilhões e respondendo por 14,4% de todas as vendas externas do setor. O desempenho reforça a relevância do bloco europeu para São Paulo e projeta um cenário de ampliação do comércio exterior com a formalização do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul.

"Os resultados dos embarques de 2025 são relevantes para o agronegócio paulista e se tornam ainda mais promissores diante da concretização do acordo comercial entre o Brasil e a União Europeia. Trata-se de um entendimento construído ao longo de mais de duas décadas, que inaugura uma nova configuração nas relações comerciais entre os dois blocos e cria oportunidades concretas para a ampliação das exportações de produtos como café, carnes e frutas", destacou o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Geraldo Melo Filho.

Dados da última balança comercial indicam que, em 2025, as transações do agro paulista com a União Europeia cresceram 5% em relação ao ano anterior. O bloco europeu responde por 14,4% das exportações do setor, ficando atrás apenas da China, que concentra 23,9% do total embarcado.

Infraestrutura logística

Dentro desse fluxo comercial com o mercado europeu, os Países Baixos se destacam como uma importante porta de entrada dos produtos paulistas no continente, com papel relevante na logística de distribuição. Em 2025, mais de 1 milhão de toneladas de produtos do agro paulista foram exportadas para o país, movimentando aproximadamente



O desempenho reforça a relevância do bloco europeu para São Paulo e projeta um cenário de ampliação do comércio exterior com a formalização do acordo comercial entre a União Europeia e o Mercosul

US\$ 1,3 bilhão.

Levantamento do Instituto de Economia Agrícola (IEA-APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (SAA), aponta que os principais itens exportados para os Países Baixos foram suco (300 mil toneladas), celulose (236 mil toneladas) e o complexo sucroalcooleiro (143 mil toneladas). Esse desempenho também contribuiu para o superávit da balança comercial paulista do agronegócio, que alcançou US\$ 23 bilhões em 2025.

Para o diretor da How2Go do Brasil, consultoria multinacional especializada em internacionalização de empresas, Marcelo Vitali, o mercado europeu tem papel central na demanda global por frutas brasileiras, com os Países Baixos exercendo função logística estratégica. "O Porto de Roterdã redistribui frutas paulistas para diversos mercados europeus, ampliando o alcance do exportador para países como Alemanha, Reino Unido, França e nações nórdicas. Além disso, é um mercado que valoriza a qualidade, o que permite ao produtor

brasileiro agregar valor", afirmou.

Diversas empresas e cooperativas paulistas utilizam esse corredor logístico para expandir sua presença internacional. Fundada em 2012, a Cooperativa Agroindustrial APCC, localizada em Pilar do Sul, no interior do estado, comercializa produtos como caqui Fuyu e Rama Forte, reconhecidos pela elevada qualidade, padronização, rastreabilidade e conformidade com rigorosos protocolos fitossanitários e de sustentabilidade.

Com atuação consolidada no comércio exterior, a APCC exporta sua produção para diferentes países. "No mercado europeu, especialmente nos Países Baixos, eles distribuem a nossa mercadoria para toda a Europa, o que amplia o alcance das frutas comercializadas pela cooperativa e reforça sua relevância na cadeia internacional de abastecimento", destacou Jéssica Bastos, do setor de exportação da cooperativa.

A expectativa de avanço nas exportações também está associada à formalização do acordo de livre comércio entre a União

Europeia e o Mercosul, aprovado recentemente pelos países europeus, em reunião realizada no dia 9 de janeiro de 2025, em Bruxelas. A assinatura ocorreu no sábado (17/01), no Paraguai, pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Cooperação entre São Paulo e os Países Baixos

Para fortalecer ainda mais as relações comerciais e estimular a inovação tecnológica no agro paulista, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento mantém diálogo permanente com o Consulado Geral dos Países Baixos em São Paulo, com foco na cooperação técnica e no intercâmbio de tecnologias.

O plano estratégico prevê a adaptação de soluções desenvolvidas no país europeu às condições brasileiras, além da realização de pesquisas conjuntas voltadas à superação de gargalos produtivos e à atração de investimentos.

"Em muitos casos, não é preciso criar algo do zero. Tecnologias e pesquisas desenvolvidas em outros países podem ser adaptadas às nossas condições, permitindo inovação mais rápida, eficiente e com resultados sob medida", ressaltou o secretário executivo da SAA, Alberto Amorim.

A conselheira agrícola da Embaixada dos Países Baixos no Brasil, Inge Horstmeier, reforçou a importância de São Paulo para o mercado europeu. "O estado é estratégico por produzir derivados de soja, frutas cítricas, açúcar, café, carnes e matérias-primas para bioenergia. Os Países Baixos são um importante importador, com elevados padrões de qualidade, sustentabilidade e rastreabilidade, valores essenciais tanto para a União Europeia quanto para o nosso país", afirmou. (Governo de SP)

Abertura de empresas cresce 10% no estado de São Paulo em 2025

O empreendedorismo segue em alta no estado de São Paulo. Em 2025, foram abertas 405 mil novas empresas, um crescimento de 10% em relação a 2024, que registrou 368 mil constituições, de acordo com a Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

O avanço também se reflete no saldo líquido de empresas, diferença entre aberturas e baixas, que alcançou 242.364 no ano. O número representa crescimento de 9,6% na comparação com 2024, quando o saldo foi de 221.210. "O estado de São Paulo tem vocação e potenciais gigantes para gerar novas empresas. Há boa logística, mercado consumidor robusto, ambiente de negócios favorável, entre outras características. Estamos desburocratizando cada vez mais o processo de abertura, como determina o governador Tarcísio de

Freitas, para que os empreendedores possam crescer e contribuir na geração de renda e emprego, movimentando nossa economia", afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima.

Para o presidente da JUCESP, Márcio Massao Shimamoto, os números refletem a força econômica do estado e o papel da Junta na formalização de negócios. "São Paulo vem, ano após ano, superando seus próprios indicadores de empreendedorismo, e os números de 2025 reforçam esse cenário positivo. Esse desempenho é reflexo das ações do Governo do Estado voltadas à melhoria do ambiente de negócios, à simplificação de processos e ao estímulo à atividade empreendedora, além de evidenciar a confiança dos empreendedores e o papel desses negócios na geração de emprego, renda e no fortalecimento da economia paulista."

Os dados, os mais altos de



Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP)

toda a série histórica iniciada em 1998, confirmam a tendência de crescimento consistente e reforçam o ambiente cada vez mais favorável ao empreendedorismo em São Paulo.

O SP na Direção Certa é um programa do Governo de São

Paulo que reúne ações voltadas à modernização da máquina pública. São medidas implantadas para dar maior eficiência ao gasto público, com redução de despesas e aumento da arrecadação, gerando maior capacidade de investimento ao Estado. (Governo de SP)

Com Acordo Paulista e inovação digital, SP recuperou R\$ 6,3 bi para os cofres públicos do estado em 2025

A Procuradoria-Geral do Estado de São Paulo (PGE/SP) recuperou mais de R\$ 6,3 bilhões da dívida ativa para os cofres públicos paulistas em 2025. Entre os principais destaques da arrecadação no ano passado estão o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que somou R\$ 3,9 bilhões, e o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), com recuperação de R\$ 1,9 bilhão aos cofres públicos do Estado.

"A marca de R\$ 6,3 bilhões recuperados em 2025 é o resultado de uma PGE que se modernizou para ser menos litigante e mais resolutiva, com uma gestão baseada em dados, inteligência e diálogo", disse a procuradora-geral do Estado, Inês Coimbra. "É isso nos permite entregar um Estado mais eficiente e com maior capacidade de investimento."

Os números alcançados em

2025 refletem uma mudança no modelo de atuação da PGE/SP, que passou a priorizar soluções jurídicas mais eficientes, o uso ampliado de ferramentas tecnológicas e a tomada de decisões apoiada em dados.

Entre essas medidas está o programa Acordo Paulista, que se tornou referência nacional e já resultou em R\$ 64 bilhões desde 2023 em débitos de ICMS, IPVA, ITCMD e multas do Procon em SP. Iniciativas de inteligência no combate à fraude fiscal e a criação de novos núcleos fiscais especializados na cobrança também fizeram a diferença. Os valores recuperados pela PGE/SP são direcionados ao financiamento de áreas essenciais, como saúde, educação, segurança e demais políticas públicas.

Para o subprocurador-geral do Estado do Contencioso Tributário-Fiscal, Danilo Barth Pires, o desempenho é resultado de um

trabalho conjunto: "Esse é mais um resultado expressivo, fruto de intenso trabalho coletivo. São centenas de procuradores e servidores públicos engajados com o mesmo propósito".

Raio-X dos números

A arrecadação foi impulsionada por setores estratégicos, demonstrando a capilaridade da atuação da Procuradoria:

• ICMS: R\$ 3,9 bilhões recuperados.

• IPVA: R\$ 1,9 bilhão recuperados.

• Outros débitos: R\$ 500 milhões recuperados.

O Acordo Paulista integra o plano São Paulo Na Direção Certa, que reúne um conjunto de medidas voltadas à modernização da gestão pública, com foco na eficiência do gasto, responsabilidade fiscal e ampliação dos investimentos. A iniciativa inclui

ações como a reestruturação de órgãos e agências reguladoras, revisão de benefícios fiscais, alienação de ativos, racionalização de despesas e modernização de sistemas administrativos, com destaque para a renegociação da dívida com a União e melhorias nos processos de compras públicas.

Na prática, o plano vem consolidando um ambiente mais favorável a investimentos, impulsionando o crescimento econômico e a geração de empregos. A gestão eficiente permitiu avanços em áreas como infraestrutura, saúde, mobilidade e desenvolvimento urbano, além de ganhos fiscais que viabilizam a continuidade de políticas públicas essenciais. O Estado também tem se destacado em discussões nacionais, como a reforma tributária, demonstrando que é possível conciliar responsabilidade fiscal com desenvolvimento econômico e social. (Governo de SP)

Banco Central decreta liquidação extrajudicial do Will Bank

O Banco Central (BC) decreta a liquidação extrajudicial da Will Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento, instituição controlada pelo Banco Master. O banco, também liquidado pelo BC, vem operando sob Regime Especial de Administração Temporária (RAET) desde sua liquidação, decretada em novembro de 2025.

A liquidação do Will Bank foi anunciada na quarta-feira (21). Segundo o BC, entre as medidas previstas está a indisponibilidade dos bens dos controladores e dos ex-administradores da instituição, que integrava o conglomerado Master.

Liderado pelo Banco Master, o conglomerado detinha 0,57% do ativo total e 0,55% das captações totais do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

"Na ocasião da decretação da liquidação extrajudicial do Banco Master, entendeu-se adequa-

da e aderente ao interesse público a imposição do RAET ao Master Múltiplo S/A, ante a possibilidade de uma solução que preservasse o funcionamento de sua controlada Will Financeira", justificou o BC.

Liquidação inevitável

OBC, no entanto, avaliou que essa solução não se mostrou viável, após ser constatado, no dia 19 de janeiro, "o descumprimento pela Will Financeira da grade de pagamentos com o arranjo de pagamentos Mastercard Brasil Soluções de Pagamentos e o consequente bloqueio de sua participação nesse arranjo."

Diante dessa situação, a autoridade monetária considerou inevitável a liquidação extrajudicial da Will Financeira, "em razão do comprometimento de sua situação econômico-financeira, da sua insolvência e do vínculo de interesse evidenciado pelo exer-

cício do poder de controle do Banco Master".

Entenda o caso

Controlado pelo banqueiro Daniel Vercor, o Banco Master cresceu rapidamente ao oferecer Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rentabilidade muito acima da média do mercado.

Para sustentar o modelo, o banco passou a assumir riscos excessivos e a estruturar operações que inflavam artificialmente seu balanço, enquanto a liquidez real (dinheiro imediatamente disponível para ressarcir os investidores) se deteriorava.

As investigações da Polícia Federal e os relatórios do BC apontam que o colapso do Master não foi apenas financeiro, mas também institucional.

A conexão com a gestora Reag Investimentos, a tentativa de venda ao Banco de Brasília

(BRB) e a pressão sobre órgãos de controle transformaram o caso em um xadrez complexo, com impacto direto sobre investidores e sobre a credibilidade das instituições.

Entre 2023 e 2024, o Master teria desviado cerca de R\$ 11,5 bilhões por meio de triangulações. O banco emprestava recursos a empresas supostamente laranjas que aplicavam o dinheiro em fundos da gestora Reag Investimentos.

Esses fundos compravam ativos de baixo ou nenhum valor real, como certificados do extinto Banco Estadual de Santa Catarina (Besc), por preços inflados. O Banco Central, então, identificou seis fundos da Reag suspeitos, com patrimônio conjunto de R\$ 102,4 bilhões — dinheiro que circulava entre fundos ligados aos mesmos intermediários, até chegar aos beneficiários finais. (Agência Brasil)

Bolsa bate recorde e fecha acima dos 166 mil pontos pela primeira vez

As incertezas no mercado internacional não afetaram a bolsa brasileira, que bateu recorde e fechou acima dos 166 mil pontos pela primeira vez. O dólar subiu em meio às tensões geopolíticas entre Estados Unidos e Europa.

O índice Ibovespa, da B3, encerrou na terça-feira (20) aos 166.277 pontos, com alta de 0,87%. O indicador chegou a cair durante a manhã, mas passou a subir após a abertura das bolsas nos Estados Unidos, com a migração de capitais externos para países emergentes.

No fim da tarde, a bolsa desacelerou em meio ao discurso de um ano de governo do presidente Donald Trump, chegando a

perder os 166 mil pontos. O indicador, no entanto, reagiu nos minutos finais de negociação, impulsionado por ações de mineradoras, de bancos e de petroleiros, setores com maior peso no Ibovespa.

Câmbio

A euforia na bolsa não se repetiu no mercado de câmbio. O dólar comercial encerrou a terça-feira vendida a R\$ 5,375, com alta de R\$ 0,016 (+0,3%). A cotação iniciou o dia em forte alta, chegando a R\$ 5,40 pouco antes das 11h, mas desacelerou ao longo da tarde.

A escalada das tensões entre os Estados Unidos e a Europa

continuou nesta terça, com a ameaça do presidente francês, Emmanuel Macron, de acionar um mecanismo de defesa comercial. A retaliação permitiria à União Europeia aplicar tarifas de até 93 bilhões de euros aos produtos estadunidenses após Trump reiterar as ameaças de anexar a Groenlândia e ameaçar elevar as tarifas para produtos europeus.

A decisão do parlamento europeu de suspender a tramitação do acordo comercial entre a União Europeia e os Estados Unidos contribuiu para o aumento das tensões. Fechado em julho do ano passado, o acordo estabelecia uma tarifa de 15% dos

Estados Unidos sobre produtos europeus.

A diferença entre os juros brasileiros e estadunidenses ajudou a segurar as tensões sobre o mercado financeiro no Brasil. Os investidores que fugiram das bolsas estadunidenses, que fecharam em forte queda, foram atraídos pelas altas taxas de juros no Brasil, o que reduziu a pressão sobre o dólar e a bolsa.

Na próxima semana, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central reúne-se para definir os rumos da Taxa Selic (juros básicos da economia). Atualmente, a Selic está em 15% ao ano, no maior nível em quase 20 anos. (Agência Brasil)

População poderá influenciar na elaboração do Orçamento da União

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos, contou, na quarta-feira (21), que o governo está desenvolvendo um projeto para que a população influencie diretamente a elaboração do Orçamento da União. A iniciativa, chamada Orçamento do Povo, visa estimular a participação cidadã na definição do dinheiro público.

Segundo Boulos, o projeto deve ser lançado no próximo mês e, neste primeiro ano, será apenas didático, já que o Orçamento de 2026 já foi aprovado e sancionado. "A ideia é, justamente, criar essa cultura do povo apontar o dedo e decidir o que precisa no seu município, qual a prioridade", disse em entrevista ao programa Bom dia, Ministro, do Canal Gov.

"O Brasil todo está acompanhando o escândalo do orçamento secreto. O que é o orçamento secreto? É pegar uma fatia gigante, esse ano ficou R\$ 61 bilhões em emenda parlamentar e aí, muitas vezes, não tem transparência. Esse dinheiro vai pelo lado, não se sabe para onde está indo. O que nós vamos fazer? Mostrar que é possível o povo se apropriar do orçamento do governo brasileiro", explicou.

Emenda parlamentar é uma forma de destinação de recursos do orçamento público, indicada por deputados e senadores para finalidades específicas, geralmente para

obras, serviços ou projetos em suas regiões.

Com o Orçamento do Povo, segundo o ministro Guilherme Boulos, cada cidadão poderá votar, uma vez, em alguma proposta para ser implementada em sua cidade. No primeiro ano, o objetivo é chegar a cerca de 400 municípios, incluindo todas as capitais.

O projeto terá um orçamento definido para cada localidade e os recursos sairão dos ministérios que aderirem à iniciativa. Peste sates já estão no Orçamento do Povo.

Por exemplo, a Saúde já ia gastar com ambulância do Samu. Então, uma parte desse gasto vamos deixar o povo definir quais são as cidades prioritárias. Então, você vai ter, por exemplo, R\$ 1 milhão para ambulância ou vai poder escolher praças com Wi-Fi, que é um projeto do Ministério da Comunicação; ou escolher salas de aula com ar-condicionado, que é um projeto de climatização das escolas do Ministério da Educação; ou tantos mais. O projeto, que é um projeto do Ministério da Cultura de levar a cultura itinerante para as comunidades", explicou.

A proposta mais votada é aquela que será entregue pelo governo, afirmou o ministro. "Quando você cria essa cultura — de botar o dedo e dizer para onde vai o dinheiro — ninguém segura mais o povo. E é isso que a gente quer", acrescentou Boulos. (Agência Brasil)

Petrobras assina contrato bilionário para fabricar navios no RS

Um evento na cidade de Rio Grande, no extremo sul gaúcho, na terça-feira (20), marcou a assinatura de contratos para a construção de cinco navios gasíferos, 18 empurradores e 18 barcasas. Ao todo, o investimento é de R\$ 2,8 bilhões, com potencial de geração de mais de 9 mil empregos diretos e indiretos, segundo o governo federal. A cerimônia contou com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, além de ministros, parlamentares e outras autoridades.

As embarcações foram encomendadas e serão operadas pela Transpetro, subsidiária da Petrobras responsável pela logística do transporte de petróleo e derivados. Elas serão construídas em estaleiros de três estados. No Rio Grande do Sul, o estaleiro Rio Grande Ecovis será responsável pela obra dos gasíferos, no valor total de R\$ 2,2 bilhões. Esse tipo de navio é projetado para armazenar e transportar gases liquefeitos, como o GLP, usado diariamente por milhões de consumidores no país. A primeira entrega está prevista para daqui a 33 meses, com as entregas seguintes ocorrendo a cada semestre.

No Amazonas, o estaleiro Bertolini Construção Naval da Amazônia, em Manaus, construirá as 18 barcasas, fortalecendo o modal de navegação no interior da Transpetro. Essas embarcações são utilizadas no transporte de grandes volumes de carga em contêineres. O valor do investimento chega a R\$ 295 milhões. Em Santa Catarina, o estaleiro Indústria Naval Catarinense, em Navegantes, vai construir os 18 empurradores, que são embarcações de propulsão utilizadas na movimentação de barcasas. O custo total será de R\$ 325 milhões.

Com as embarcações, de acordo com a Petrobras, a frota de gasíferos da Transpetro irá subir de seis para 14, triplicando a atual capacidade de transporte de GLP e derivados. O objetivo, segundo a empresa, é reduzir a dependência do afretamento desse tipo de navios. Os novos gasíferos, informou a estatal, serão até 20% mais eficientes no consumo de energia, reduzirão as emissões de gases de efeito estufa em 30% e poderão operar em portos eletrificados. "Isso significa que serão top em tecnologia embarcada", afirmou a presidente da

Petrobras, Magda Chambriard, durante o evento.

Indústria naval

Todas as contratações ocorrem no âmbito do Programa Mar Aberto, do governo federal, criado para ativar a indústria naval brasileira. O programa prevê R\$ 32 bilhões em investimentos na fabricação de navios e embarcações até 2030. A iniciativa prevê a construção de 20 navios de cabotagem, além de 18 barcasas e 18 empurradores, bem como o afretamento de 40 novas embarcações de apoio destinadas à renovação da frota de suporte às atividades de exploração e produção (E&P).

"A retomada da indústria naval também se dá porque o governo do Brasil desenvolveu política industrial específica para o setor. Sem a política de conteúdo local, os recursos do fundo da Marinha Mercante, os mecanismos como a depreciação acelerada incentivo fiscal, não seria possível estarmos aqui assinando esses contratos", destacou o presidente da Transpetro, Sergio Bacchi.

Geração de empregos

Somente no estaleiro de Rio Grande, é esperada a geração de 7 mil novos empregos diretos e indiretos, que demandarão qualificação especializada.

"Essas encomendas vão demandar um número significativo de profissionais qualificados e já vão demandar a partir de março deste ano. É por isso que nós estamos apoiando a indústria naval com o nosso programa [de] autonomia e renda. Esse programa vai oferecer mais 1,6 mil vagas em cursos de capacitação com bolsa auxílio. Nesse contexto, vai ser inaugurado agora em março, aqui no Rio Grande, uma nova escola do Senai [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial]", anunciou Magda Chambriard. Segundo a presidente da Petrobras, essa nova escola será destinada à formação de técnicos para a indústria naval do país.

Ainda segundo Magda, o setor naval ampliou de 18 mil empregos, em 2022, para 50 mil empregos no fim do ano passado. "Esses empregos vão ser ampliados em 2026, 2027 e 2028, ou seja, vamos nos aproximar de volta do número de 80 mil empregos na indústria naval brasileira", projetou. (Agência Brasil)

Brasil busca agilizar validação interna de acordo UE-Mercosul após Europa congelar pacto

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) busca agilizar a validação pelo Congresso Nacional do acordo entre o Mercosul e a União Europeia, assinado no último sábado (17), depois de a Europa ter aprovado a revisão jurídica que congela o tratado.

De acordo com auxiliares do governo, o plano é acelerar ao máximo o avanço interno e demonstrar o engajamento do Brasil na ratificação do pacto UE-Mercosul. Ao manter o assunto em debate, os brasileiros esperam colocar pressão sobre os europeus.

A decisão do Parlamento Europeu tomada na quarta-feira (21) coloca mais urgência na estratégia brasileira de avançar com velocidade na validação interna. Essa diretrix foi discutida pelo governo em uma reunião na Casa Civil, na véspera da manobra europeia.

Procurado pela reportagem, o Itamaraty informou que acompanhará os próximos encaminhamentos do assunto pelas instâncias comunitárias competentes.

"O governo brasileiro confere toda a prioridade à ratificação do Acordo Mercosul-UE e seguirá trabalhando para acelerar seus trâmites internos de aprovação com vistas a garantir que todas

as condições para sua plena entrada em vigor estejam satisfetizadas com a máxima celeridade possível", diz a resposta.

O encontro serviu para estabelecer o fluxo de trabalho das próximas etapas e mobilizar os órgãos envolvidos para acelerar os trâmites. A expectativa, de acordo com um interlocutor, é que o texto em português seja encaminhado para o Planalto nas próximas semanas.

O risco de os europeus submeterem os textos do acordo UE-Mercosul para avaliação do Tribunal de Justiça da União Europeia já estava no radar dos interlocutores brasileiros, que viam a judicialização como um cenário possível. Segundo quatro membros do governo ouvidos pela reportagem, agora será preciso ver qual será a reação dos órgãos europeus.

A avaliação interna é que haverá atraso na implementação se, de fato, o procedimento na Europa consumir cerca de dois anos. No entanto, auxiliares do governo observam que a legislação europeia tem espaço para que outros mecanismos sejam acionados, incluindo um instrumento que colocaria o tratado UE-Mercosul em vigor de forma provisória.

O eurodeputado sueco Jörgen Warborn afirmou nas redes sociais que o questionamento da legalidade do acordo é "lamentável" e "infundado". "Portanto, peço a aplicação provisória, para permitir novas oportunidades de negócios na América do Sul e fortalecer os laços com um importante parceiro geopolítico", escreveu.

No entanto, Bruxelas promete não agir unilateralmente. Também é considerado improvável que a Comissão Europeia queira alimentar qualquer indisposição com o Parlamento neste momento. A Casa aprecia nesta quinta-feira (22) a quarta moção de censura contra Ursula von der Leyen, presidente da Comissão, em sete meses.

O acordo foi assinado no último sábado por representantes do bloco sul-americano e por Von der Leyen depois de 26 anos de negociações.

Lula, que teve papel importante nas tratativas, não compareceu ao evento em Assunção (Paraguai). Ele tinha a expectativa de que o texto fosse assinado na Cúpula do Mercosul em dezembro, em Foz de Iguaçu, o que não ocorreu depois que a Itália ameaçou vetar a negociação em busca de novas concessões da

UE. A última versão do acordo ganhou salvaguardas para proteger produtores europeus.

Com a nova manobra no Parlamento Europeu, o acordo promete entrar em nova espiral de espera, espécie de marca da tratativa que começou em 1999. No começo da semana, a expectativa era que o Parlamento ratificasse o acordo em abril ou maio, votação que agora não poderá ocorrer até que a revisão jurídica seja finalizada.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, dois aspectos do documento são contestados. Primeiro, o fato de a parte comercial ter sido separada do tratado maior, que dispõe também sobre questões políticas e diplomáticas, para acelerar a aprovação. Segundo o mecanismo de balanceamento pelo qual países do Mercosul podem adotar medidas compensatórias caso eventuais mudanças futuras na legislação europeia prejudiquem suas exportações.

Os eurodeputados apoiaram a solicitação de um parecer da corte avaliando se os textos do acordo UE-Mercosul estão em conformidade com a legislação da UE por uma maioria de apenas 10 votos. Foram 334 votos a favor, 324 contra e 11 abstenções. (Folhapress)

Relatório da Oxfam aponta que governos optam por defender a riqueza

Relatório da Oxfam, um movimento global que luta contra a desigualdade, a pobreza e a injustiça, afirma que os governos estão escolhendo proteger a riqueza e o poder político dos bilionários em vez de garantir dignidade material, voz política e liberdades civis para a maioria da população.

O relatório Resistindo ao Domínio dos Ricos: Defendendo a Liberdade Contra o Poder dos Bilionários foi lançado pela Oxfam por ocasião do Fórum Econômico Mundial de Davos 2026.

"Este relatório é sobre essa escolha. Como os governos no mundo todo estão fazendo a escolha errada; eles estão optando por defender a riqueza, não a li-

berdade. Escolhendo o domínio dos ricos. Escolhendo reprimir a indignação de seu povo diante de como a vida está se tornando inacessível e insustentável, em vez de redistribuir a riqueza dos mais ricos para os demais", diz o texto.

O documento destaca a ampliação do poder político e o crescimento recorde da riqueza dos bilionários, diante da estagnação da diminuição da pobreza no mundo e da redução dos direitos civis.

"Em vários países, os super ricos não só acumularam mais riqueza do que os que jamais poderiam gastar, como também utilizaram essa riqueza para garantir o poder político para moldar as regras que definem as nossas economias e

governam as nações. Ao mesmo tempo, em todo o mundo, estamos vendo uma deterioração e um retrocesso dos direitos civis e políticos da maioria; a repressão de protestos; e o silenciamento da oposição".

De acordo com o relatório, os bilionários estão se tornando ricos também politicamente e capazes de moldar e influenciar a política, as sociedades e as economias. "Em nítido contraste, aqueles com menos riqueza econômica estão se tornando politicamente pobres, com suas vozes silenciadas diante do crescente autoritarismo e da supressão de direitos".

Segundo o documento, a diminuição da pobreza praticamente estagnou, com o registro de um

novo aumento da pobreza na África. "Em 2022, quase metade da população mundial (48%), ou 3,83 bilhões de pessoas, vivia na pobreza. Olhando, além da renda, para outros aspectos da pobreza, uma em cada quatro pessoas no mundo enfrenta insegurança alimentar moderada ou grave. Esse número aumentou 42,6% entre 2015 e 2024".

"A conclusão deste relatório mostra que isso não é inevitável. Os governos podem optar por defender as pessoas comuns em vez dos oligarcas. As próprias pessoas, quando organizadas, podem apresentar um contrapeso poderoso à riqueza extrema. Juntos, podemos exigir um mundo mais justo e igualitário", concluiu o texto. (Agência Brasil)

CVM livrou investidores do caso Master após acordos de R\$ 6 milhões

Executivos do Banco Master investigados pela Polícia Federal escaparam de serem julgados pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) em casos anteriores, que analisavam potenciais irregularidades no mercado financeiro, após firmarem acordos de R\$ 6,1 milhões com a autarquia (a preços atualizados pela inflação). O instrumento usado foi o termo de compromisso, mecanismo previsto em lei que permite a suspensão e posterior arquivamento de processos administrativos após pagamento de valores. Por meio dele, não há reconhecimento de culpa ou julgamento do mérito.

Entre os beneficiados estão o dono do Master, Daniel Vercaro, além dos executivos Luiz Antonio Bull e Angelo Antonio Ri-

beiro da Silva. Os três chegaram a ser presos nas operações que investigam a atuação do banco. Todos já tiveram processos sobre casos anteriores arquivados pela CVM.

Nesses casos, as irregularidades estão ligadas a fundos de investimentos. Na segunda-feira (19), o ministro Fernando Haddad (Fazenda) defendeu a mudança para que o Banco Central passe a fazer a supervisão desses instrumentos, no lugar da CVM.

“Apresentei uma proposta que está sendo discutida no âmbito do Executivo de ampliar o perimetro regulatório do Banco Central”, disse Haddad em entrevista ao portal UOL. “Tem muita coisa que deveria estar no âmbito do Banco Central e que está no âmbito da CVM, equivocada-

mente. O Banco Central precisa ampliar seu perimetro regulatório e passar a fiscalizar os fundos”.

Dentre os acordos da CVM com alvos do Master, o episódio mais recente e de maior valor envolve Angelo Antonio Ribeiro da Silva. Em novembro de 2022, a comissão aceitou um acordo global de R\$ 2,9 milhões para encerrar investigações contra o executivo sobre manipulação de preços de fundos imobiliários.

Segundo a acusação, Silva, então operador do Banco Máxima (banco que antecedeu o Master), coordenava operações destinadas a inflar artificialmente as cotações dos fundos CARE11 e BZL111. A autarquia apontou que o banco realizava compras concentradas nos últimos dias dos meses para sustentar os preços dos

ativos e melhorar a aparência de seus balanços.

Escutas reunidas no processo registraram diálogos explícitos sobre a estratégia de forma recorrente. Para encerrar o processo sem julgamento, Silva pagou R\$ 736 mil, enquanto o Banco Máxima desembolsou R\$ 2,2 milhões.

Já Vercaro e Bull firmaram termo de compromisso com a CVM em janeiro de 2021. Eles eram alvo de um processo administrativo sancionador ao lado da Máxima S.A. CCTVM e de outros investidores.

Para suspender a ação e evitar julgamento, ambos se comprometeram em pagar R\$ 250 mil cada. O valor total do acordo no caso foi de R\$ 2,3 milhões, incluindo R\$ 1 milhão pago pela própria corretora Máxima e outros números por parte de outros envolvidos.

Procurada, a CVM afirmou que não comenta casos específicos. Mas ressaltou que, além dos processos que resultaram em acordos, há outros mencionando os envolvidos em que a assinatura de um termo de ajustamento foi barrada pelo órgão.

Um desses casos é o de Bull, suspeito de cometer irregularidades em um fundo gerido pelo Banco Safra – que também é parte no processo. O executivo e o banco teriam permitido uma fraude que resultou em um prejuízo milionário a institutos de pensão.

Tanto Bull quanto o Safra tentaram fazer acordos para encerrar o caso sem julgamento, mas não parecer elaborado pela CVM em junho de 2023 rejeitou a proposta. O processo segue em aberto. Segundo a acusação, Bull, na

condição de administrador do fundo, e o Safra, como gestor, atuaram de forma passiva e negligente, facilitando a atuação dos controladores do fundo, que teriam desviado recursos de regimes de previdência para benefício próprio.

Procurada, a defesa de Vercaro disse que os acordos firmados com a CVM referem-se a termos de compromisso previstos na legislação e amplamente usados para encerrar processos. “Cada procedimento administrativo tem objeto específico, contexto próprio e foi resolvido dentro dos mecanismos regulares de supervisão e autorregulação do mercado”, afirmou.

A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Silva e Bull. Procurado, o Safra não fez comentários. (Folhapress)

Taxa bilionária sobre mineradoras atrito em grupo criado por Minas e Energia

Um grupo de trabalho do Ministério de Minas e Energia criado para discutir tributos do setor foi palco de embates entre representantes de municípios mineradores e membros da pasta neste mês. Os municípios acusam o ministério de ter privilegiado as mineradoras nas discussões, que servirão de base para a tomada de decisões do Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), criado no ano passado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Alexandre Silveira.

O cerne do atrito passa pelas taxas de fiscalização instituídas por estados e municípios nos últimos anos. Esse tributo tem potencial bilionário e recai, em grande parte, sobre o orçamento das mineradoras. De acordo com o Ibram, instituto que representa as grandes empresas do setor, oito estados e 17 municípios já criaram suas próprias taxas, que em tese visam custe-

ar os serviços de fiscalização dos entes sobre a mineração.

As mineradoras, no entanto, pontuam que o volume cobrado é bastante superior ao orçamento voltado à fiscalização de estados e municípios e que, por isso, essas taxas têm essência arrecadatória de que desvirtuaria as razões da existência delas.

Em Minas Gerais, por exemplo, estado que criou seu próprio tributo ainda em 2011, a arrecadação nos últimos dois anos foi de R\$ 1,2 bilhão, bem acima das despesas da Secretaria de Meio Ambiente e acima até mesmo da arrecadação estadual com royalties da mineração, principal pagamento feito pelas mineradoras aos governos.

Já no Pará, que também criou em 2011, a arrecadação foi de R\$ 1,6 bilhão apenas de janeiro a novembro de 2025.

A bonança foi tão grande que outros estados, como Goiás e Mato Grosso, e até municí-

pios resolveram criar suas próprias taxas nos últimos anos. Os casos mais recentes são do último trimestre do ano passado, quando dois municípios mineiros aprovaram leis aprovando seus novos tributos um deles abriga uma das principais minas da Usiminas, que agora precisará pagar taxas com objetivos semelhantes para governo estadual e prefeitura, para além dos royalties.

“Vários municípios, principalmente em Minas Gerais, criaram suas taxas em 2025 e vão passar a cobrá-las a partir do ano que vem. No Pará, isso já tinha ocorrido há mais tempo, mas há um movimento cada vez mais crescente de novas taxas desse modelo nos municípios mineradores”, diz Paulo Honório, advogado tributarista que participou das discussões sobre o tema junto ao Ministério de Minas e Energia.

A duplicação de taxas e o volume cobrado incomoda as

mineradoras, que já chegaram inclusive a acionar o STF (Supremo Tribunal Federal) por mais de uma vez. Na mais recente, a corte invalidou em 2023 a taxa criada pelo Mato Grosso, que sobressaia em 16 vezes o orçamento da Secretaria de Desenvolvimento Econômico relacionado ao setor – as demais taxas, no entanto, seguiram em operação.

Sob pleito do setor, o MME organizou em dezembro um grupo de trabalho para discutir o tema – o grupo segue em operação, mas desde a segunda quinzena de janeiro discute outros assuntos. Foram convidados a participar associações empresariais, órgãos federais, representantes de estados e municípios, além de dois advogados especialistas no tema. A ideia da pasta era colher opiniões e enviar um relatório para o CNPM, que conta com a participação de 18 ministros.

A reportagem apurou, no entanto, que na prática a maior par-

te dos órgãos federais e dos representantes de estados e municípios não compareceram às reuniões e não preencheram os formulários solicitados pelo MME. O fato incomodou os municípios mineradores, que acusaram a pasta de organizar reuniões em curtos períodos de tempo e dar prazo pequeno para as entidades preencherem os formulários individuais sobre o tema – são esses documentos que vão embasar o relatório entregue ao CNPM.

Atrito chegou ao ponto de, em um dos encontros, o coordenador do grupo, o diretor de Planejamento e Política Mineral do MME, João Marcos Pires Carmo, pedir para que o representante da Amig (Associação Brasileira dos Municípios Mineradores) diminuísse o tom enraivecido se queixava da organização do grupo. Na ocasião, o representante dos municípios pediu para que o relatório final

ressaltasse que nem todos os participantes preencheram os formulários.

O relatório é importante, porque ele embasará as decisões do governo federal sobre o tema. O Ibram e os advogados presentes no grupo, por exemplo, defendem que o Executivo apresente um projeto de lei complementar para criar diretrizes para essas taxas, estabelecendo qual pode criá-las e como elas devem ser feitas (hoje, não há definições legais). Já os municípios e os estados são contra qualquer tipo de regulamentação.

Procurada, a MME disse que ainda não há data definida para a apresentação do relatório ao CNPM. Sobre as críticas, a pasta afirmou que “os debates ocorreram de forma isonômica e imparcial, assegurando espaço para a contribuição de todos os participantes, incluindo as entidades representativas de estados e municípios”. (Folhapress)

ATAS / BALANÇOS / EDITAIS / LEILÕES

EDITAL DE INTERDIÇÃO Doutor LUIS EDUARDO SCARABELLI, Juiz de Direito da 1ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional VII do Tatapé, Estado de São Paulo, na forma lei, etc. **Processo: 1005878-72.2025.8.26.0008** de INTERDIÇÃO, CURADOR / Requerente: ALTEMAR BARBOSA DE MIRANDA, Danielle Guimarães de Miranda, e Juliana Guimarães de Miranda. INTERDITO / Requerida: HELENA FELISMINA GUIMARÃES, Altamar Barbosa de Miranda, portador do RG nº 35.427.719-7, inscrito no CPF/MF sob nº 489.053.997-20, com a anuidade de suas filhas e filhas da interdição, também requerentes, sejam elas Danielle Guimarães de Miranda e Juliana Guimarães de Miranda, em ação judicial de nº 1005878-72.2025.8.26.0008, movida em conjunto pelos requerentes, teve concedida pelo Juiz de Direito Dr. Luis Eduardo Scarabelli, da 1ª Vara da Família e Sucessões do Foro Regional VII do Tatapé, Estado de São Paulo, na forma da Lei nº 13.127/2015, a interdição de HELENA FELISMINA GUIMARÃES, portadora do RG nº 32.586.839-0, inscrita no CPF/MF sob nº 023.643.918-08, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, e nos artigos 269, I, e 1.177 e seguintes do Código de Processo Civil, e do artigo 1.775, §1º, do Código Civil, com poderes totais para assumir quaisquer responsabilidades civis em relação ao interdição. Oportunamente expõe-se o mandado para inscrição da sentença no Cartório do Registro Civil do 1º Subdistrito - Sé, em cumprimento ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 92 da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73). Feito tal registro, tome-se o compromisso legal do Curador nomeado e cumpram-se as publicações dos editais na forma prevista no artigo 1.184 do Código de Processo Civil (uma única vez conforme Ao Ordinário proferido). Oficie-se ao Tribunal Registral para a suspensão dos direitos políticos, nos termos do artigo 15, inciso II, da CF/88”.

JERSE RODRIGUES DA SILVA, Segundo Oficial de Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, FAZ SABER, a todos quantos o presente Edital vierem ou dele tomarem conhecimento, que foi prenotado sob nº 558.892, em 21/08/2025, representado em 09/12/2025, o Requerimento de 12 de dezembro de 2025, feita pelo credor fiduciário BANCO BRASCO S/A., CNPJ/MF nº 60.746.948/0001-12, já qualificado, objetivando a intimação pessoal dos fiduciários JOÃO LUIZ SERAFIM DA SILVA, RG nº 9.641.453-SSP/SP, CPF/MF nº 002.619.828-26 e sua esposa TÂNIA ROSA SERRANO SERRAFIM, RG nº 9.641.453-SSP/SP, CPF/MF nº 002.619.828-26, os quais se encontram em LOCAL INCERTO E NÃO SABIDO, conforme certificação desta Serventia, e, ante a previsão legal contida no parágrafo 4º do artigo 26 da Lei Federal nº 9.514/97, FICAM ELES INTIMADOS A COMPARECEREM neste Serviço Registral, situado na Rua Vitorino Carmilo, 576, de segunda a sexta-feira, no horário das 9:00 às 16:00 horas, pessoalmente ou por meio de seu representante legal, devidamente identificado, a fim de efetuar o pagamento das prestações em atraso e demais encargos contratuais, totalizando o débito de R\$ 397.706,63, (trezentos e noventa e sete mil, setecentos e seis reais e sessenta e três centavos em 30/12/2025 decorrente do Instrumento Particular datado de 08 de maio de 2012, registrado sob nº 26 e conforme aditamento datado de 28 de março de 2017, averbado sob nº 197, na Matrícula nº 2.873, referente ao Prédio na Rua Varginha nº 173, no 1º Subdistrito, Perdizes, e ao total acima serão acrescidas as custas, emolumentos e despesas com as tentativas de intimação pessoal das fiduciárias, como também as despesas com publicação do presente Edital. Ficam os FIDUCIÁRIOS cientes de que, no dia imediatamente posterior ao da última publicação do presente Edital, serão considerados como INTIMADOS e terão o prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte ao do aperfeiçoamento da presente intimação, que se dará a partir da terceira publicação deste Edital, sendo que, decorrido o termo, não em sábado, domingo ou feriado, será prorrogado até o primeiro dia útil subsequente, para satisfazer os referidos pagamentos, em moeda corrente nacional ou por meio de cheque administrativo em nome do credora fiduciária. ALERTA: Decorrido o prazo para purgação da mora, o credor fiduciário restará à faculdade de solicitar a CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA, conforme previsto no parágrafo 7º do artigo 26 do mesmo diploma legal. Para que surtam os efeitos legais da intimação sem que se possa alegar ignorância, o presente EDITAL está sendo publicado por 3 (três) dias em um dos jornais de maior circulação local e afixado na forma da Lei nº 3040, 22 de janeiro de 2026. O OFICIAL.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do BANCO DO BRASIL S/A, a todos que o presente edital vierem ou interessar possa que, **SAMARA DE OLIVEIRA PINHEIRO**, inscrita no RG nº 493.348-03, inscrita no CPF nº 493.348-03, inscrita no RG nº 493.348-03, e seu marido **ROMULO DIEGO PINHEIRO**, estudante, RG nº 44495294-SSP/SP, CPF nº 384.984.038-71, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua José de Souza Costa nº 36, Casa, Vila Liviero, ficam intimados a purgarem a mora referente a 38 (trinta e oito) prestações em atraso, vencidas de 10/12/2025, no valor de R\$67.120,45 (sessenta e sete mil, cento e vinte reais e quarenta e cinco centavos), e respectivos encargos atualizados na data do valor de R\$67.651,79 (sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos), que atualizado até 17/03/2026, perfaz o valor de R\$74.808,32 (setenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e trinta e dois centavos), cuja planilha com os valores devidos para purgação da mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pelo BANCO DO BRASIL S/A, dando em garantia o imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 480, Apartamento nº 111, do Edifício Topazie, Parque Residencial dos Ourives, na Saúde - 21º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrado sob nº 18 na matrícula nº 106.038. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiai nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciários desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do imóvel em nome do fiduciário, BANCO DO BRASIL S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 22 de janeiro de 2026. O Substituto.

PIARA CVEL DO FORDO DA COMARCA DE ITAJAQUECUBA, JUSTIÇA GRATUITA - EDITAL DE LEILÃO JUDICIAL DESEMPENHAR ARRECAÇÃO E AVILAR NOS AUTOS DA FIDUCIARIA DE REMATE E COMERCIO DE METAIS **RICARDO NAHAT**, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento do BANCO DO BRASIL S/A, a todos que o presente edital vierem ou interessar possa que, **SAMARA DE OLIVEIRA PINHEIRO**, inscrita no RG nº 493.348-03, inscrita no CPF nº 493.348-03, inscrita no RG nº 493.348-03, e seu marido **ROMULO DIEGO PINHEIRO**, estudante, RG nº 44495294-SSP/SP, CPF nº 384.984.038-71, brasileiros, casados no regime da comunhão parcial de bens na vigência da Lei nº 6.515/77, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua José de Souza Costa nº 36, Casa, Vila Liviero, ficam intimados a purgarem a mora referente a 38 (trinta e oito) prestações em atraso, vencidas de 10/12/2025, no valor de R\$67.120,45 (sessenta e sete mil, cento e vinte reais e quarenta e cinco centavos), e respectivos encargos atualizados na data do valor de R\$67.651,79 (sessenta e sete mil, setecentos e cinquenta e um reais e setenta e nove centavos), que atualizado até 17/03/2026, perfaz o valor de R\$74.808,32 (setenta e quatro mil, oitocentos e oito reais e trinta e dois centavos), cuja planilha com os valores devidos para purgação da mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pelo BANCO DO BRASIL S/A, dando em garantia o imóvel localizado na Avenida dos Ourives nº 480, Apartamento nº 111, do Edifício Topazie, Parque Residencial dos Ourives, na Saúde - 21º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrado sob nº 18 na matrícula nº 106.038. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiai nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciários desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pela fiduciária, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do imóvel em nome do fiduciário, BANCO DO BRASIL S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 22 de janeiro de 2026. O Substituto.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº 1052824-44.2022.8.26.0002 O Dr. Guilherme Silva e Souza Juiz de Direito da 1ª Vara Civil do Foro Regional VII do Tatapé, Estado de São Paulo, na forma da Lei nº 13.127/2015, a interdição de HELENA FELISMINA GUIMARÃES, portadora do RG nº 32.586.839-0, inscrita no CPF/MF sob nº 023.643.918-08, com fundamento no artigo 1.767, inciso I, do Código Civil, e nos artigos 269, I, e 1.177 e seguintes do Código de Processo Civil, e do artigo 1.775, §1º, do Código Civil, com poderes totais para assumir quaisquer responsabilidades civis em relação ao interdição. Oportunamente expõe-se o mandado para inscrição da sentença no Cartório do Registro Civil do 1º Subdistrito - Sé, em cumprimento ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 92 da Lei de Registros Públicos (Lei nº 6.015/73). Feito tal registro, tome-se o compromisso legal do Curador nomeado e cumpram-se as publicações dos editais na forma prevista no artigo 1.184 do Código de Processo Civil (uma única vez conforme Ao Ordinário proferido). Oficie-se ao Tribunal Registral para a suspensão dos direitos políticos, nos termos do artigo 15, inciso II, da CF/88”.

EDITAL DE CITAÇÃO DE TERCEIROS EVENTUALMENTE INTERESSADOS **RICARDO NAHAT**, Oficial do Décimo Quarto Registro de Imóveis da Capital do Estado de São Paulo, República Federativa do Brasil, expedido o EDITAL DE CITAÇÃO, referente à usucapião administrativo, prenotado sob nº 964.182 em 15 de julho de 2025, a requerimento de SANDRA MARIA BRUCCOLO LABATE, qualificada na ata notarial de usucapião lavrada no Oficial do 14º Tabelião de Notas da Capital (LV 6631, pag.011), representada pelo advogado Dr. José Augusto de Moraes Pereira, OAB/SP nº 354.580, FAZ SABER aos réus ausentes, incertos, desconhecidos, terceiros eventualmente interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros ou sucessores, requerei a USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL EXTRAORDINÁRIA, nos termos do artigo 1.071 da Lei 6.015/73, incluído pela Lei 13.105/15, promovendo 149 de 30/08/2023 da CNJ, visando a declaração de domínio sobre os imóveis, sendo eles: Casa 01, com área de 100,78m², Casa 03, com área de 101,19m² e Casa 05, com área de 133,10m², todas situadas na Travessa Padre Armando Angelo Cremonini, acessado pela Avenida Cid nº 979, lançados pelos contribuintes nºs 047.004.0032-3, 047.004.0033-1 e 047.004.0034-1, transcrito em área maior sob nº 13.538. 11º Registro de Imóveis da Capital, conforme memorial descritivo e planilha de propriedade de Francisco Labate, solteiro, médico, residente na Rua da Alfindaga nº 40, a margem da citada transcrição, alegando e comprovando posse mansa e pacífica desde o ano de 2001. Estando em termos, expede-se o presente edital para citação dos supramencionados para no prazo de 15 (quinze) dias, contestem o fato, sob pena de presumirem-se acéltos como verdadeiros os fatos articulados pelos autores, nos termos do artigo 15, §1º, V e 2º a 16 do provimento 625 de 14/12/2017, com alteração promovida pelo provimento 149/2023 da CNJ. Será o presente edital publicado na forma da lei. São Paulo, 22 de janeiro de 2026.

RICARDO NAHAT, Oficial do 14º Registro de Imóveis desta Capital, República Federativa do Brasil, a requerimento da OPEA SECURITIZADORA S/A, a todos que o presente edital vierem ou interessar possa que, **MARCOS GALCH**, vendedor, RG nº 17.862.360-SSP/SP, CPF nº 675.083.670-49 e **PABIANE YOYANOVICH**, do lar, RG nº 58.375.652-4-SSP/SP, CPF nº 018.012.949-09, brasileiros, maiores, maiores, convintes em união estável nos termos da Lei nº 2.769/66, domiciliados nesta Capital, residentes na Rua dos Chanes nº 508, Vila Helena, Indaiatuba, ficam intimados a purgarem a mora referente a 06 (seis) prestações em atraso, vencidas de 30/07/2025 a 30/12/2025, no valor de R\$44.016,01 (quarenta e quatro mil, dezesseis reais e um centavo), e respectivos encargos atualizados na data do valor de R\$53.969,17 (cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos), que atualizado até 06/07/2026, perfaz o valor de R\$117.542,11 (cento e dezesseis mil, quinhentos e quarenta e dois reais e onze centavos), cuja planilha com os valores devidos para purgação da mora está nos autos, cujo empréstimo foi concedido pela OPEA SECURITIZADORA S/A, dando em garantia o imóvel localizado na Rua dos Chanes nº 508, parte do lote 393, da quadra 16-E, da Vila Helena, em Indaiatuba - 24º Subdistrito, objeto de “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia com Força de Escritura Pública” devidamente registrado sob nº 19 na matrícula nº 106.038. O pagamento haverá de ser feito no 14º Oficial de Registro de Imóveis, situado nesta Capital, na Rua Jundiai nº 50, 7º andar, Ibirapuera, no horário das 9:00 às 11:30 e das 13:30 às 16:00, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a fluir após a última publicação deste. Ficam os fiduciários desde já advertidos de que, decorrido o prazo de 15 (quinze) dias sem a purgação da mora, o Oficial deste Registro, certificando este fato, promoverá, à vista da prova do pagamento, pelo fiduciário, do imposto de transmissão “inter vivos”, a averbação da consolidação da propriedade do imóvel em nome da fiduciária, OPEA SECURITIZADORA S/A, nos termos do art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/97, após o que o mesmo imóvel será levado a público leilão, de acordo com o procedimento previsto no art. 27 da mesma Lei. São Paulo, 22 de janeiro de 2026. O Substituto.

SUS vai vacinar profissionais de saúde contra dengue em fevereiro

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, anunciou que cerca de 1,1 milhão de profissionais que atuam na atenção primária à saúde de todo o país poderão ser imunizados, a partir de 9 de fevereiro, com a vacina Butantan-DV, com tecnologia 100% nacional, desenvolvida pelo Instituto Butantan. O imunizante contra a arbovirose é o primeiro de dose única do mundo.

"São aqueles profissionais que atuam nas unidades básicas de saúde, que visitam as famílias, são os primeiros profissionais a receber quem tem sinal e sintoma de dengue", anunciou o ministro da Saúde.

"Os primeiros cuidados são feitos pelos médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, agentes comunitários de saúde, profissionais e equipes multifuncionais que estão cadastrados nas unidades básicas de saúde", complementou.

O ministro explicou que a vacinação deste público será possível com a chegada de mais do-

ses da Butantan-DV. O Instituto Butantan deve produzir e entregar até 31 de janeiro cerca de 1,1 milhão de doses adicionais desta vacina nacional contra a dengue, para garantir a imunização dos profissionais que atuam na linha de frente do Sistema Único de Saúde (SUS).

Os anticorpos da Butantan-DV oferecem proteção contra os quatro sorotipos do vírus da dengue. Os estudos clínicos indicam eficácia global de 74% da vacina brasileira, com redução de 91% dos casos graves e 100% de proteção contra hospitalização pela doença transmitida pelo mosquito *Aedes aegypti*.

Produção de mais doses

O governo federal quer ampliar gradualmente a vacinação em dose única para todo o país, para pessoas de 15 a 59 anos, que depende da disponibilidade de novas unidades da vacina Butantan-DV, que foram encimadas no mês passado pelo Ministério da Saúde.

Para acelerar a fabricação em larga escala do imunizante, o ministro divulgou que o Instituto Butantan firmou uma parceria de transferência de tecnologia à empresa WuXi Vaccines, da China.

Com a parceria, a expectativa do Ministério da Saúde é que a produção chinesa da vacina com tecnologia brasileira seja ampliada em até 30 vezes.

"Eles [diretores da WuXi Vaccines] se comprometeram com um cronograma de produção e de entrega. Nossa expectativa é de termos, neste ano ainda, em torno de 25 a 30 milhões de doses [da vacina Butantan-DV]", estimou o ministro da Saúde.

O titular da pasta prevê que à medida que cheguem as novas doses importadas, o próximo passo do governo brasileiro será realizar a vacinação nacional do público de 15 a 59 anos, começando pela população mais velha (59 anos) e avançando até o público mais jovem (15 anos).

"Na medida que a gente começa a ter uma grande produção,

isso vai entrar no calendário oficial [de vacinação] de forma permanente", projeta o ministro.

Para acompanhar a produção das doses da vacina desenvolvida pelo Butantan, em março deste ano, técnicos do Ministério da Saúde devem viajar à China. "A gente quer ver essas doses de vacinas o mais rápido possível aqui do Brasil".

Alexandre Padilha explicou também que o Instituto Butantan já tem autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para fazer a avaliação da vacina Butantan-DV no público com mais de 60 anos e já começou o recrutamento de voluntários deste público.

"Nós estamos otimistas que também seja uma vacina segura para quem tem mais de 60 anos de idade, o que vai ser muito importante para o combate à dengue", disse o ministro da Saúde, Alexandre Padilha.

A declaração foi dada pelo ministro em Botucatu (SP), no início da campanha de vacinação

em massa da população de 15 a 59 anos deste município. A iniciativa piloto ocorre também nas cidades de Maranguape (CE) e Nova Lima (MG), desde o último sábado (17). O objetivo é avaliar o impacto da imunização com o novo imunizante.

"Não tenho dúvida nenhuma que essa vacina 100% do Butantan pode ser uma grande arma internacional para combater a dengue em outros países no mundo", disse Alexandre Padilha.

QDenga em todo o país

Para o público de 10 a 14 anos, o SUS oferece gratuitamente o imunizante internacional QDenga, com esquema vacinal de duas doses.

O Ministério da Saúde afirma que o Brasil é o primeiro país do mundo a oferecer o imunizante no sistema público de saúde.

No domingo (18), o ministro da Saúde, Alexandre Padilha anunciou a ampliação para todo o país da aplicação da vacina japonesa para esta mesma faixa

etária. A expansão ocorre a partir da aquisição de mais estoques da farmacêutica japonesa Takeda.

"A gente comprou 9 milhões de doses, para 2026; mais 9 milhões de doses, para 2027. Ao todo 18 milhões [de doses]. O que permite que a gente possa distribuí-la em todos os municípios brasileiros."

Aprovada em 2023 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), a QDenga foi inicialmente disponibilizada em 2024 às crianças e adolescentes de 2,1 mil municípios considerados prioritários pelo governo do Brasil.

Com o aumento dos estoques, a vacinação da QDenga será feita em unidades básicas de saúde (UBS) do SUS dos mais de 5,5 mil municípios brasileiros, exclusivamente ao público de 10 a 14 anos.

O ministro contabiliza que foram distribuídos e aplicados no Brasil, em 2024 e 2025, cerca de 10 milhões de doses da QDenga para o público infantil-juvenil. (Agência Brasil)

Anvisa proíbe venda de canetas emagrecedoras sem registro no país



Os medicamentos à base de tirazepatida das marcas Syndica e TG, de retratutória, de todas as marcas e lotes, tiveram sua comercialização, distribuição, fabricação, importação, divulgação e uso proibidos pela Agência Nacional de Saúde (Anvisa) na quarta-feira (21). Esses produtos são popularmente conhecidos como "canetas emagrecedoras do Paraguai". Segundo a agência, esses

medicamentos são produzidos por empresas desconhecidas e são vendidos — em perfis no Instagram — "sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa".

A Anvisa diz também em seu comunicado que, por serem irregulares e de origem desconhecida, "não há garantia sobre o seu conteúdo ou qualidade", e que por isso essas canetas emagrecedoras não podem ser usadas "em nenhuma hipótese". (Agência Brasil)

Prouni 2026 oferece mais de 590 mil bolsas em instituições privadas

A primeira edição do ano do Programa Universidade Para Todos (Prouni) oferecerá 594.519 bolsas. É a maior oferta da história do Prouni, segundo o Ministério da Educação (MEC).

No Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, na parte do Prouni, os candidatos podem consultar as vagas ofertadas por município, curso, turno e instituição privada de ensino superior.

O programa federal oferta bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de educação superior privadas. O público-alvo são brasileiros sem diploma de nível superior.

Do total de bolsas anunciadas, 274.819 são integrais e 319.700 bolsas parciais, de 50%.

As inscrições nos processos seletivos para concorrer a uma bolsa do programa estarão abertas a partir de segunda-feira (26) até quinta-feira (29).

A inscrição no Prouni é sem-

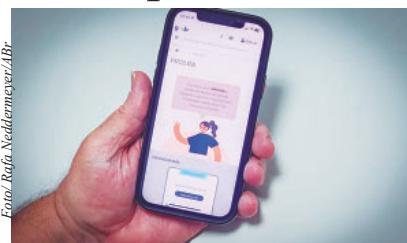
pre gratuita e deve ser feita exclusivamente pela internet, no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior, na parte do Prouni.

Vagas

Das 594.519 mil bolsas, 328.175 são para bacharelado; 253.597 para cursos tecnológicos e 12.747 para licenciatura.

Entre os cursos com maior oferta de bolsas está o de administração (63.978 bolsas), seguido por ciências contábeis (41.864).

Para participar do Prouni é necessário atender a pelo menos uma das seguintes condições: ensino médio integralmente em escola da rede pública; ensino médio integralmente em instituição privada, na condição de bolsista integral da respectiva instituição; ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição privada, na condição de bolsista integral; ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em instituição



privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista; ensino médio integralmente em instituição privada, na condição de bolsista parcial da respectiva instituição ou sem a condição de bolsista; ser pessoa com deficiência, conforme previsto na legislação brasileira; ser professor da rede pública de ensino, exclusivamente para os cursos de licenciatura e pedagogia.

A seleção é feita com base no desempenho do candidato no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Por isso, é necessário ter obtido no mínimo 450 pontos na média das cinco provas do Enem e nota diferente de zero na redação.

O resultado da primeira chamada será divulgado em 3 de fevereiro na página do Prouni na internet. A segunda chamada sairá no dia 2 de março. (Agência Brasil)

Psol aciona STF contra "gratificação faroeste" a policiais que matam

O Diretório Nacional do Psol acionou o Supremo Tribunal Federal (STF) na terça-feira (20) contra a chamada "gratificação faroeste", um bônus de produtividade criado pelo governo do estado do Rio de Janeiro para premiar, entre outros critérios, o policial civil que tenha se destacado por matar criminosos.

A relatoria do caso foi designada para o ministro Alexandre de Moraes, por prevenção, devido à relação do tema com a chamada ADPF das Favelas, ação de descumprimento de preceito fundamental que trata da letalidade policial no Rio de Janeiro.

O partido de oposição ao governo fluminense pede uma liminar (decisão provisória e urgente) para suspender de imediato a "gratificação". "O dispositivo é inconstitucional na forma e no conteúdo", afirma o Psol, que chamou o bônus de "incentivo financeiro à violência policial".

Para a sigla, a gratificação é inconstitucional desde a partida, uma vez que foi criada por iniciativa do Legislativo, e não do Executivo, que detém a exclusividade para apresentar propostas que criam despesas de pessoal.

Entenda

Aprovada em outubro de 2025, a Lei Estadual nº 11.003/

2025 trata da reestruturação do quadro de servidores da Secretaria Estadual de Polícia Civil, e em seu artigo 21 prevê uma bonificação entre 10% a 150% do salário em casos como os de vitimização em serviço, apreensão de armas de grosso calibre ou, ainda, quando ocorrer a chamada "neutralização de criminosos".

O artigo chegou a ser integralmente vetado pelo governador Cláudio Castro, sob a justificativa de ausência de previsão orçamentária para os pagamentos, mas o veto acabou derrubado em dezembro pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Na ocasião, o próprio líder do governo, deputado Rodrigo Amorim (União), defendeu a derubada do veto.

Diversos órgãos também já se manifestaram pela ilegalidade e inconstitucionalidade da gratificação faroeste. Ainda antes da aprovação da lei, a Defensoria Pública da União (DPU), por exemplo, divulgou nota técnica que classificou a medida como um estímulo aos confrontos letais entre policiais e bandidos.

Segundo a Defensoria, o próprio termo "neutralização", usado na lei, é impreciso e por si só viola a dignidade da pessoa humana. (Agência Brasil)

O TCU (Tribunal de Contas da União) aprovou a repactuação da concessão da BR-163, entre Mato Grosso e Pará, com extensão do contrato atual por mais 15 anos. O acordo original de dez anos, assinado em 2022, venceria em 2032. Com a mudança autorizada, passa a ter validade até 2047.

A decisão também autoriza a reestruturação do projeto, com novas obras e investimentos estimados em R\$ 10,6 bilhões da BR-163, um dos principais corredores logísticos do país, uma ligação entre Sinop (MT) e Miratuba (PA) que permite o escoamento do agronegócio pelo chamado "Arco Norte", a partir dos rios Tapajós e Amazonas.

O artigo chegou a ser integralmente vetado pelo governador Cláudio Castro, sob a justificativa de ausência de previsão orçamentária para os pagamentos, mas o veto acabou derrubado em dezembro pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Na ocasião, o próprio líder do governo, deputado Rodrigo Amorim (União), defendeu a derubada do veto.

Diversos órgãos também já se manifestaram pela ilegalidade e inconstitucionalidade da gratificação faroeste. Ainda antes da aprovação da lei, a Defensoria Pública da União (DPU), por exemplo, divulgou nota técnica que classificou a medida como um estímulo aos confrontos letais entre policiais e bandidos.

Segundo a Defensoria, o próprio termo "neutralização", usado na lei, é impreciso e por si só viola a dignidade da pessoa humana. (Agência Brasil)

Lula participará de encerramento do Encontro Nacional do MST na sexta

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participará da solenidade de encerramento do 14º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), nesta sexta-feira (23), em Salvador.

O evento reúne cerca de 3 mil camponeses de todo o país, no Parque de Exposições Agropecuárias da capital baiana, para discutir os rumos da luta por reforma agrária no Brasil e as estratégias da organização na defesa da produção de alimentos saudáveis e desenvolvimento sustentável no campo.

Aliado histórico de Lula, o MST tem sido crítico das ações do governo na agricultura familiar, especialmente em relação ao assentamento de novas famílias em áreas desapropriadas.

"O que o governo Lula tem feito, mais uma vez, são regularizações de famílias em assenta-

mentos antigos, inflando o número de famílias assentadas como se fossem novos lotes. O que não significa avanços na quantidade de hectares de terras destinadas para reforma agrária. Atualmente, o MST ainda conta com 100 mil famílias acampadas que, somadas aos outros movimentos populares, chegam a 142 mil em todo país, com cadastros no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), à espera da reforma agrária", diz o movimento.

No ano passado, o governo promoveu a entrega de 12,2 mil novos lotes distribuídos em 385 mil hectares de terra em 24 estados do país, para famílias de agricultores sem-terra em 138 assentamentos. As entregas fazem parte do programa Terra da Gente, que prevê o assentamento de 295 mil famílias em novas áreas até o fim de 2026. (Agência Brasil)

tes socioambientais sobre seu traçado.

Quando a BR-163 foi concedida, seu contrato foi pensado para durar menos. "A modelagem original do contrato foi estruturada sob premissa de intermodalidade. Considerou-se, à época, que a ferrovia EF-170 ("Ferrogrão") entraria em operação por volta de 2031 e absorveria parcela relevante do tráfego de carga pesada", escreveu o ministro Bruno Dantas, em seu voto.

A conta não fechou porque a ferrovia não veio. A postergação do cronograma da Ferrogrão agora trabalha com um horizonte estimado para além de 2040, o que resultou em pressão de demanda sobre a rodovia.

O novo acordo prevê 245,8 km de duplicações no Mato Grosso e 116 km de faixas adicionais no Pará. O custo estimado do novo programa de investimentos é de R\$ 10,6 bilhões.

Conforme dados técnicos da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), o volume de tráfego pesado já registrava em 2023 crescimento 44% superior ao projetado. "Esse descompasso levou a rodovia a quadro de saturação precoce", disse Dantas.

As multas aplicadas contra a atual concessionária, que somavam R\$ 432 milhões, foram transformadas em R\$ 438 milhões em obrigações de obras. (Folhapress)

Governo federal destina R\$ 12 mil a escolas de samba do Rio

O governo federal destinou R\$ 12 milhões para a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa). Cada uma das 12 agremiações vai receber R\$ 1 milhão ainda na segunda-feira (19).

A assinatura do termo de cooperação foi realizada nesta segunda-feira na Cidade do Samba por representantes da Agência Brasileira de Promoção Internacional do Turismo (Embratur), do Ministério da Cultura e da Liesa.

Segundo o presidente da Embratur, Marcelo Freixo, as escolas de samba são parceiras diplomáticas do Brasil no mundo. Cidadãos de mais de 160 países participam do carnaval da cidade.

"É a maior imagem que o Brasil tem no mundo. O carnaval fornece trabalho, emprego e alegria. É a maior festa popular do planeta. Nossa maior imagem está na

cultura", disse Freixo.

O presidente da Liesa, Gabriel David, ressaltou que o repasse de recursos é fundamental para essa reta final de preparação das escolas de samba. "Hoje a gente está com todos os barracões a mil por hora. Milhares de pessoas estão atuando na Cidade do Samba para que a gente possa entregar mais um grande espetáculo não só para o nosso país, mas para mostrar ao mundo o que o nosso país tem de melhor", disse David.

A ministra das Mulheres, Márcia Lopes, destacou que não quer a parceria com as escolas de samba só no carnaval com campanhas de enfrentamento à violência contra a mulher. "Queremos participar das campanhas de conscientização com a Liesa ao longo de todo ano", afirmou. (Agência Brasil)